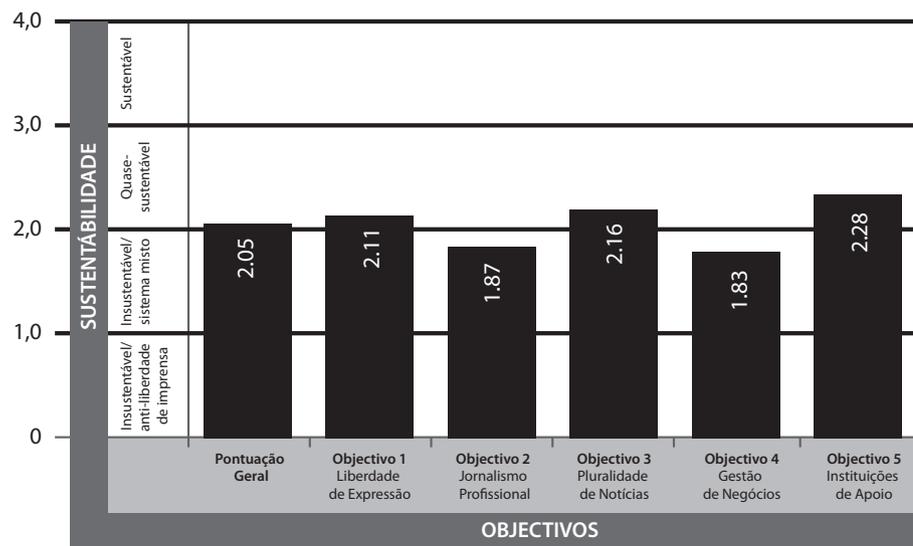


ÍNDICE

Introdução	4
Objectivo 1: Liberdade de Expressão.....	6
Objectivo 2: Jornalismo Profissional	11
Objectivo 3: Pluralidade de Notícias	16
Objectivo 4: Gestão de Negócios	21
Objectivo 5: Instituições de Apoio	25
Lista dos Participantes do Painel	32

Índice de Sustentabilidade 2013

MOÇAMBIQUE



Síntese da Metodologia

O Índice de Sustentabilidade da Mídia baseia-se na análise dum certo grupo de indicadores de cada uma das cinco categorias relacionadas com o estado do sector de comunicação social. Os indicadores são classificados por um painel de doze especialistas numa escala de zero a quatro, onde o zero significa que o indicador não está sendo alcançado de nenhuma forma e quatro quer dizer que o indicador está sendo alcançado plenamente. Os indicadores por cada objectivo são depois ponderados para achar-se a pontuação média de cada um dos objectivos e esses pontos de cada um dos cinco objectivos são novamente ponderados para a determinação da classificação média final do país. A pontuação média final é interpretada como sendo insustentável ou anti-liberdade de expressão, se os pontos forem 0.0-1.0; insustentável se forem 1.0-2.0; quase sustentável, entre 2.0-3.0; e, sustentável, entre 3.0-4.0.

Para mais informações sobre a metodologia utilizada, acesse www.irex.org.mz

Não obstante o ambiente geralmente estável, o sector da comunicação social moçambicana enfrenta muitos desafios. A liberdade de imprensa prevalece no país, mas nem toda a gente tem acesso à informação e a oportunidades de se expressar livremente. As barreiras de acesso à informação relacionam-se, entre outras, com a falta de infra-estruturas de distribuição, mas há barreiras que se devem a assimetrias entre os órgãos de comunicação social públicos e os privados. Em Moçambique, a rede das rádios comunitárias está bem desenvolvida e merece ser apoiada, para que toda a população, sem excepção, tenha acesso a notícias e informações. Neste contexto, o Governo tem a oportunidade de reforçar o acesso à informação, avançando com a legislação relevante, como a Lei de Imprensa que ajudará a promover um quadro estrutural da comunicação social. O estabelecimento da diversidade informativa e das fontes, e a melhoria da qualidade das reportagens constituem objectivos fundamentais de uma democracia saudável. A diversidade neste sector ajuda o cidadão a levantar e a trazer a debate público, diferentes pontos de vista e a exigir

do Governo a prestação de contas. Estes são actos essenciais que dão forma a uma cidadania activa e participativa. O crescimento e o desenvolvimento da comunicação social depende da capacidade de os órgãos públicos e os privados formularem e implementarem planos credíveis de gestão empresarial de negócios e gerarem receitas que lhes garantam sustentabilidade a longo prazo. Para isso, tem de haver um melhor e justo financiamento das intervenções da comunicação social e de melhoramento da gestão do sector. Para serem bem-sucedidas, as empresas de comunicação social não podem depender apenas de receitas provenientes da publicidade. Elas precisam de aceder a novas fontes de financiamento e identificar múltiplas fontes de receitas; desenvolver estratégias viáveis, concentrar-se em nichos específicos do mercado e atingir novas audiências. Com o rápido desenvolvimento tecnológico, os órgãos de comunicação social têm de se manter atentos às inovações no espaço digital, como uma oportunidade de distribuição nova e excitante que se abre, estimulada pela tecnologia da telefonia móvel e da internet.



Arild Drivdal, Representante da IREX

INTRODUÇÃO



Pontuação Geral: 2.05

Ao longo do ano de 2013, as relações entre o partido no poder, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), e o maior partido da oposição, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) deterioraram-se. Apesar de uma série de negociações de alto nível para a resolução das disputas, incluindo aquela sobre a lei eleitoral do país, não houve progressos para a reconciliação entre a Frelimo e a Renamo. O clima político e social em Moçambique tornou-se gradualmente tenso, devido aos sucessivos rompimentos do diálogo político entre estes dois actores políticos às permanentes ameaças de retorno à guerra.

Os partidos políticos preparam-se para as eleições presidenciais, legislativas e provinciais que terão lugar em Outubro de 2014. As eleições autárquicas realizadas em Novembro de 2013, boicotadas pela Renamo, geraram o crescimento do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) e colocaram-no como o mais importante actor político da oposição, capaz de ocupar o lugar da Renamo no cenário político nacional. De facto, pela primeira vez um partido emergente conquistou o poder autárquico nas três principais cidades do Moçambique, depois de Maputo, a capital e um número substancial de assentos na maior parte das autarquias.

A sociedade civil organizou-se

Para exigir que o Governo e a polícia assumam as suas obrigações contra a corrupção na polícia, os raptos

a criminalidade generalizada e a impunidade com que os raptos actuam, no país, numa manifestação pacífica muito concorrida, realizada no passado dia 31 de Outubro.

Os painelistas observaram que o Governo continua a interferir nos meios de comunicação independentes e exerce a sua influência na demissão de editores, directores de jornais e de emissoras de televisão críticos da FRELIMO. Não houve avanços em relação à aprovação da revisão da Lei de Imprensa e das versões preliminares das leis de Radiodifusão e de Acesso à Informação, cruciais para a promoção da liberdade de imprensa em Moçambique. Mesmo assim, notou-se que a liberdade de expressão tem progredido através de uma maior utilização da mídia, e com o envolvimento dos cidadãos em vários eventos políticos, económicos e sociais em todo o país.

Tal como em avaliações anteriores do Índice de Sustentabilidade da Mídia (MSI), os painelistas observaram que há lacunas e de formação no sector de jornalismo, que afecta desde repórteres e editores, passando pelos gestores da mídia, até os reguladores. Este cenário contribui para a falta de sustentabilidade dos vários objectivos e indicadores desta avaliação de 2014. Em geral, a pontuação do país caiu em mais de dois décimos em comparação com o ano passado. Todas as pontuações objectivas tiveram queda moderada, à excepção do Objectivo 5, Instituições de Apoio, que permaneceu estático.

Objectivo 1



Pontuação: 2.11

Este objectivo recebeu dos painelistas a mais baixa pontuação até hoje (anteriormente 2,27 em 2008), como resultado de uma série de eventos que prejudicaram as realizações de Moçambique na área da liberdade de expressão e de imprensa. Armando Nenane, jornalista e director executivo da Associação Moçambicana de Jornalismo Judiciário, lembrou aos participantes do painel que “a Constituição de 1990 estabeleceu a liberdade de expressão e de imprensa como parte dos direitos fundamentais”, o que foi “confirmado e ampliado na Constituição de 2004”. Embora os painelistas estivessem de acordo que, em termos legais, a Lei de Imprensa e a Constituição protegem e promovem a liberdade de expressão, a aplicação deficiente ou selectiva dessas leis continua.

A Lei de Imprensa de 1991 é particularmente limitada e, como quadro jurídico, não protege a independência editorial, nem os meios de comunicação que “difamarem” o presidente ou outros funcionários de alto nível, o que é ilegal em Moçambique. Armando Nenane salientou que a Lei de Imprensa “deve ser revista”: Por exemplo, se um jornalista é crítico ao presidente e é levado a julgamento, ele ou ela não goza de direitos básicos. O órgão disciplinar da mídia, o Conselho Superior de Comunicação Social (CSCS), tem sido objecto de um grau considerável de críticas por agir quase que exclusivamente como uma instituição responsável por garantir “o direito de resposta” a uma série de eminentes figuras nacionais. Estes indivíduos dirigem-se ao CSCS para protestar contra reportagens em que tenham sido retratados

negativamente. Essas figuras alegam que o CSCS não exerce vigilância constante sobre a conduta dos meios de comunicação.

O *Savana*, um jornal semanário independente com sede em Maputo, denunciou a existência de um grupo, que passou a ser designado “G40”, identificado numa lista composta por 40 pessoas “autorizadas” a falarem contra a retórica “anti-governo”. Num contexto de crescente tensão política e violência, Refinaldo Chilengue, director editorial do Correio da Manhã e da revista *Prestígio*, presidente da Associação dos Editores de Moçambique (EDITMOZ), afirmou que em 2013 “foram instaurados processos criminais contra os jornalistas” e “vários destes profissionais foram impedidos de exercer livremente a sua actividade profissional, especialmente na Zona Centro do país”. No entanto, os jornalistas não silenciaram; por exemplo, a directora executiva da organização ambiental Centro Terra Viva foi detida e interrogada pelo Serviço Nacional de Segurança do Estado (SISE), acusada de liderar uma manifestação da população rural em Palma, província de Cabo Delgado.

Selma Inocência, que à época do painel para o MSI era directora de informação da TV Miramar, acrescentou que “a liberdade de expressão apoiada pelas redes sociais aumentou em comparação com anos anteriores”. No entanto, Sílvia Afonso, do Instituto de Comunicação Social (ICS), argumentou que “esta liberdade é mais para ser vista nas redes sociais pelas classes letradas, em detrimento da “liberdade de imprensa” que tem “reconhecida competência”.

Elídio Cuco, director de relações internacionais da Associação Moçambicana de Jornalismo Judiciário, e João Colaço, professor de sociologia na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) manifestaram-se preocupados com o atraso na aprovação do Projecto de Lei de Acesso à Informação. Essa proposta tem sido objecto de intensos debates e de *lobby*, mas ainda não foi submetida à sessão plenária da Assembleia da República. A lei, introduzida há oito anos, já foi objecto de ampla discussão pública realizada pela Comissão de Administração Pública, Poder Local e Comunicação Social da Assembleia. Cuco acrescentou que “este pode muito bem ser um indicador claro de que não há vontade política para a lei ser aprovada.”

Como em estudos anteriores do MSI, os participantes concordaram que o licenciamento é apolítico, mas não competitivo. Refinaldo Chilengue acrescentou que o Gabinete de Informação do Primeiro-Ministro (GABINFO) anunciou a suspensão do licenciamento e registo de meios de comunicação, como parte do movimento de migração do sistema analógico para o digital. No entanto, Chilengue aponta que, de acordo com tal lógica, isto aplica-se apenas à televisão e rádio, não afecta a mídia impressa. Mas contribui para que cresçam as dúvidas e preocupações sobre o futuro do regime de licenciamento de mídia. Os meios de comunicação devem estar registados no GABINFO, independentemente de satisfazerem os requisitos para a isenção de licença ou registo. Note-se que os órgãos responsáveis pela emissão das licenças são dependentes do Governo, à excepção do CSCS. Embora

o processo de registo seja pesado, em última instância ele é “justo e transparente”.

Em Moçambique, a entrada de qualquer organização no mercado de mídia não é restringida, porém, o registo é obrigatório. A Rádio Moçambique (RM) e a Televisão de Moçambique (TVM), os maiores meios de comunicação públicos com cobertura nacional, recebem apoio financeiro através de contratos que assinam com o Governo. No entanto, os membros do painel concluíram, por unanimidade, que os descontos, subsídios e outras facilidades são, ocasionalmente, concedidos às organizações de mídia e seus jornalistas que, em seguida, começam a praticar a auto-censura.

Crimes contra a imprensa

Os painelistas referiram ter havido um aumento de crimes cometidos contra jornalistas naquele ano, assim como cresceram os casos de difamação, ataques físicos brutais e até mesmo as prisões de profissionais. Por exemplo, um jornalista do Canal de Moçambique, Edwin Hounnou, foi detido e algemado, em Setembro, pela Polícia da República de Moçambique (PRM), em Inhambane, acusado de não possuir as credenciais apropriadas para fotografar o processo eleitoral numa mesa de votação.

Adriano Remedi e Miraldina Gabriel, do canal independente STV, na Beira, foram detidos por três horas quando investigavam uma operação da FRELIMO para recrutamento somente de jovens que preencheriam vagas nas assembleias de voto a operar nas eleições

locais. Além disso, Matias Guente, do Canal de Moçambique, foi preso por fotografar a delegacia da Polícia da República de Moçambique no bairro da Malanga, em Maputo. Depois Guente foi acusado pelas autoridades da segurança de ser “espião” da RENAMO. Sílvia Afonso e os outros membros do painel consideraram que a crise política em curso em Moçambique tem impacto significativamente a segurança dos jornalistas, especialmente na Zona Central. Em última análise, os crimes contra profissionais da imprensa não são frequentes. Quando os jornalistas são detidos ou presos, os casos são amplamente cobertos pela mídia, inspirando maior “solidariedade” dentro da profissão.

Os participantes concordaram que o quadro jurídico em Moçambique garante a independência editorial dos meios de comunicação de propriedade do Estado, porém, verifica-se um déficit na aplicação das leis. Regra geral, todos os meios de comunicação em Moçambique são obrigados a ter um conselho editorial e estatutos de modo a promoverem a auto-regulação. Ismael Mussa observou que a “lei protege a independência editorial dos meios de comunicação estatais apenas durante a campanha eleitoral. Normalmente os editores de mídia estatal agem com preconceito ao lidar quando tratam de casos ligados aos partidos da oposição e seus líderes”.

As rádios comunitárias são frequentemente controladas por autoridades, especificamente pelos administradores, que quando não concordam com os temas e conteúdos produzidos, vão até às comunidades para exigirem que os rádios sejam desligados.

Como discutido anteriormente, a Lei de Imprensa de 1991 contém limitações. A legislação afirma a ilegalidade da “difamação” do presidente ou de altos funcionários. Portanto, a difamação é muitas vezes tratada como um crime e não como uma questão de direito civil. Os painelistas sugerem, por unanimidade, que medidas para descriminalizar a difamação devem ser discutidas e propostas, por causa do risco de um processo como este inibir a independência editorial dos jornalistas.

Por exemplo, em 2008, o *Zambeze* publicou um artigo que questionava a nacionalidade da primeira-ministra Luísa Diogo, que é casada com um cidadão Português. De acordo com a lei, a primeira-ministra teria perdido a nacionalidade moçambicana quando se casou com um estrangeiro. Depois que o artigo foi publicado, três jornalistas do *Zambeze* foram acusados pelo Ministério Público do Estado de abusos de liberdade de imprensa e difamação contra a primeira ministra. Além disso, o procurador da República citou as seções 6 e 47 da Lei de Imprensa e da Lei de Crimes Contra o Estado, que tratam como questão de segurança nacional a calúnia e a difamação nos casos envolvendo certas autoridades públicas.

Jornalismo investigativo vs. acesso à informação

O acesso à informação também é restrito, de acordo com João Colaço, e “existe uma grande discrepância entre a lei e a realidade prática, especialmente em

relação ao acesso à informação pública. O argumento é que os dados estão sujeitos ao “sigilo das investigações judiciais” ou são “segredos de Estado”. Armando Nenane acrescentou: “A Lei de Imprensa, Lei nº 18/91, de 10 de agosto de 1991, afirma que os jornalistas devem abster-se de reportar sobre assuntos que constituam “segredo de Estado”, mas não define o que é um “segredo de Estado”. Inocência acrescentou que “as regras legais são claras quanto à protecção da liberdade de expressão e acesso à informação pública mas, na prática, em 2013 não houve liberdade plena”. As pessoas expressam suas opiniões livremente, com comentários e críticas em relação aos acontecimentos políticos, económicos e sociais no país. Entretanto, no que toca ao acesso à informação, houve uma redução na velocidade e flexibilidade do fornecimento de conteúdos importantes para o público. “Por exemplo, no caso do acidente de avião da Linhas Aéreas de Moçambique, na Namíbia. As notícias foram difundidas em primeira pela mídia estrangeira”.

Os participantes concordaram que o jornalismo investigativo é um factor nas crescentes restrições do acesso à informação. Os Jornalistas expõem a corrupção e as reacções de líderes políticos, que têm produzido efeitos no acesso à informação em tempo útil. Alfredo Libombo Tomás citou as eleições locais como um exemplo de como a informação é retida ou tornada inacessível. Como foi o caso da RM e TVM que não anunciavam imediatamente os resultados do pleito de novembro de 2013, sempre que fosse a oposição a liderar as contagens. Na sua reflexão, Armando Nenane diria que “O Judiciário tende a ser mais fechado

quando se trata de acesso à informação”. e que “quanto mais nos distanciamos das grandes capitais para os distritos mais recônditos os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, incluindo o direito de acesso à informação, tornam-se ainda mais reduzidos”.

O painel reconheceu que os meios de comunicação não sofrem quaisquer restrições legais quanto ao acesso e uso de fontes de notícias internacionais, assim como os editores e jornalistas usam livremente a Internet para realizar o seu trabalho. Não há nenhum mecanismo conhecido que seja usado para bloquear notícias. A reimpressão e a retransmissão de notícias locais e internacionais é uma prática sujeita às regras de citação das fontes. Os profissionais da mídia têm consciência que a propriedade intelectual deve ser protegida quando usam fontes de outrem, notícias ou programas.

A Lei de Imprensa define jornalista como sendo “qualquer profissional que está envolvido na procura, recolha, selecção, preparação e apresentação pública de eventos em forma de notícias, informação, opinião ou através da mídia, e para quem esta actividade constitui a sua principal ocupação permanente e remunerada”. O painel observou que os participantes não têm conhecimento de quaisquer regulamentos emitidos pelo Governo para excluir os blogueiros da profissão de jornalismo, ou de quaisquer outros grupos em razão do género, etnia, filiação religiosa, etc. Com a expansão do ensino superior, os cursos de comunicação e jornalismo estão crescendo. O Governo não interfere e não controla tais cursos.

Objectivo 2



Pontuação: 1.87

Muitos painelistas consideraram que a qualidade do conteúdo de jornais, rádio e televisão não melhorou. Contudo, Ouri Pota Chapata Pacamutondo, da RM, em Maputo, disse que o país tem feito progressos através do fortalecimento dos padrões profissionais, na expectativa de aumentar a qualidade. Um dos factores ao qual Pacamutondo atribui essa melhoria acentuada é a disponibilidade de cursos de longa e de curta duração oferecidos por organizações de apoio ao desenvolvimento do jornalismo em Moçambique.

Ismael Mussa, que foi candidato a presidente do Município de Maputo às eleições locais e professor de jornalismo na Universidade Eduardo Mondlane, afirmou que, muitas vezes, “há subjectividade e preconceito por parte de alguns jornalistas no tratamento de determinados assuntos”. João Colaço, que foi director de campanha de Mussa, acrescentou que nas referidas eleições autárquicas de 2013 “os meios de comunicação foram tendenciosos na cobertura da campanha, uma vez que a mídia privada retratou uma corrida de dois partidos, FRELIMO e o Movimento Democrático de Moçambique, ignorando outros concorrentes”.

Segundo Selma Inocência, há duas questões específicas relacionadas com a qualidade de entrevistas: Há o “minuto compulsório em que os entrevistados, especialmente os líderes, determinam o tipo de perguntas que devem ser feitas com antecedência; e há situações em que os jornalistas estão mal informados e fazem perguntas a partir de uma lista, indo de uma a outra questão sem dar tempo suficiente para que o entrevistado responda à pergunta anterior.

Os participantes partem do princípio que todo e qualquer jornalista conhece os padrões de ética e de deontologia que regem a profissão, assim como os padrões universais e aqueles que constam nos estatutos editoriais dos meios de comunicação individuais. Os jornalistas, por exemplo, recebem formação sobre ética e deontologia profissional, mas muitas vezes estes princípios e regras são violados. O Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ) e sua Comissão de Ética não conseguem fazer cumprir as regras estabelecidas. Muitos jornalistas e meios de comunicação não estão filiados ao SNJ e, portanto, não reconhecem a autoridade ética ou moral desta instituição. O que mais preocupou os painelistas é a constatação de que os estatutos ou códigos editoriais das redacções são também violados por aqueles que os elaboraram, os próprios membros dessas redacções.

Tomás foi da opinião de que a falta de uma compensação financeira adequada obrigou jovens e veteranos jornalistas a buscarem trabalhos paralelos ou até mesmo a se envolverem em práticas corruptas. Enquanto Colaço acrescentou que os jornalistas são vulneráveis aos interesses de sectores poderosos nas arenas política, económica e financeira.

Auto-censura

Tal como no MSI anterior, os painelistas consideram a auto-censura um problema grave causado pela vulnerabilidade económica, falta de formação e o medo de irritar certos interesses políticos e comerciais. A auto-

censura é praticada pela maioria dos profissionais de mídia, embora ela não seja institucionalizada. “Muitas vezes”, afirmou Nenane, a “auto-censura é praticada a todos os níveis”, desde os jornalistas aos editores e gestores. Nas rádios comunitárias, a auto-censura - e até mesmo a censura – ocorrem a níveis galopantes, com as autoridades políticas a determinarem quais as notícias e peças que devem ou não ser transmitidas. São frequentes os casos de interferência das autoridades governamentais e dos líderes religiosos. Maria da Anunciação Mabui, directora da Escola Primária Condlana e editora na Rádio Comunitária Nkomati, afirmou que às rádios comunitárias exige-se que produzam programas consentâneos com os interesses do Governo local. Por exemplo, o administrador do distrito de Xinavane ordenou o fecho da Rádio Gwevane depois de a estação ter veiculado reportagens detalhando inconsistências na maneira como o Fundo de Desenvolvimento Local estavam sendo distribuídos dentro do distrito. A rádio reabriu em grande parte devido à intervenção do Fórum de Rádios Comunitárias (FORCOM).

Sílvia Afonso explicou que “a filiação das rádios comunitárias na FORCOM ou no ICS determina sua linha editorial”. Essencialmente, Afonso destacou que essas estações “não são independentes”, por exemplo, “os jornalistas das rádios financiadas pelo ICS, geralmente são obrigados a viajar com os líderes políticos para informar sobre a sua plataforma ou mensagem; isto não acontece somente com as rádios comunitárias, mas também com os meios de comunicação financiados pelo orçamento do Estado. Por exemplo, o recente

protesto contra a onda de sequestros e a instabilidade em Maputo não foram relatados na mídia oficial.

Em Moçambique não existe nenhuma lei ou regulamento que limita a cobertura de eventos e problemas que ocorrem em todo o país. No entanto, a auto-censura ou censura encoberta pode ser responsável pela falta de cobertura de determinados eventos, como aconteceu nos protestos de Outubro. A actual tensão política e militar também resultaram na restrição de acesso às áreas afectadas pelo conflito, por razões de segurança. No entanto, o atraso na aprovação da Lei de Acesso à Informação e outras leis relacionadas com o “segredo de Estado” criaram barreiras para os jornalistas que queiram cobrir certas questões consideradas confidenciais.

Há eventos que são cobertos por *blogs*, repórteres amadores ou através das redes sociais, e nunca reportados pela mídia oficial. Muitas vezes, as redes sociais cobrem temas e eventos em primeiro lugar, havendo assuntos são até mesmo repetidos pela grande mídia que busca as informações das redes sociais. Por exemplo, quando os veículos blindados, supostamente pertencentes às Nações Unidas, foram vistos circulando na Matola, apenas as redes sociais cobriram a história e exigiram uma explicação. Mas, quando um órgão oficial decidiu cobrir esta história e pedir ao Governo para explicar a presença de veículos blindados, só então os actores de alto nível responderam. O Comandante-geral da polícia disse que os veículos blindados estavam relacionados com o desmantelamento de uma empresa de fabrico clandestino de veículos mi-

litares. Por outro lado, o ministro da Defesa disse que os veículos pertenciam às tropas de paz que passam por Moçambique a caminho do Mali. Mais tarde, o embaixador dos EUA confirmou que a organização à qual o comandante-geral se referiu era de facto uma empresa norte-americana registada em Moçambique e que veículos semelhantes já tinham sido montados na África do Sul e transportados para Moçambique.

Os salários pagos aos jornalistas em Moçambique são muito baixos, especialmente no sector privado, o que leva muitos profissionais da mídia a procurarem um segundo ou terceiro emprego no sector ou fora como repórteres, consultores, gestores, etc. em instituições públicas e organizações empresariais. Os melhores salários, de acordo com os painelistas, são pagos pela TVM, RM e pelo jornal Notícias. Directores, gerentes e editores ganham os salários mais altos. Em comparação com outras profissões, os jornalistas são mal pagos e recebem salários semelhantes aos professores, enfermeiros e outros funcionários públicos. Os participantes concordaram com a crença de Ismael Mussa que “os salários pagos aos jornalistas, em geral, não são sequer decentes o suficiente para desencorajar a corrupção” nos meios de comunicação estatais e privados.

Telefonia móvel e redes sociais virtuais

A RM e a TVM fornecem notícias a cada hora, dizem os participantes do painel. Além disso, Refinaldo Chingle, director editorial do Correio da Manhã e Pres-

tígio, citou o exemplo da Televisão Independente de Moçambique (TIM), que de um canal principalmente de entretenimento está se transformando em uma “excelente” fonte de notícias. Enquanto a RM continua a ser uma fonte credível de notícias e conseguiu manter seu padrão de qualidade, a TVM, por outro lado, não manteve o mesmo padrão de qualidade, ainda de acordo com os painelistas. O painel reconheceu que a programação de entretenimento e a publicidade, são uma fonte confiável de renda e que o equilíbrio entre entretenimento e programação de notícias depende se a empresa é pública ou privada. Há aquelas que exigem mais publicidade, inclinando-se para mais conteúdo de entretenimento.

A disponibilidade e a variedade de fontes de notícias acessadas através de tecnologias móveis e redes sociais na Internet sugerem que os cidadãos começam a procurar informações e notícias, quando necessário, através de fontes que não são rádio, televisão e mídia impressa.

Em geral, estão sendo feitos esforços para modernizar os meios de comunicação por via da actualização tecnológica. A fraca exploração de uso de tecnologias móveis, afecta a disponibilidade de cobertura em simultâneo. Nas rádios comunitárias o equipamento ainda é primitivo, apesar de disporem de Internet. Note-se, porém, que mesmo a RM e a TVM ainda enfrentam dificuldades em cada etapa do processo de produção, devido à insuficiência das instalações e equipamentos. Na prática, todas as redacções têm Internet, mas não há câmaras suficientes e ilhas de

edição ou veículos de transporte para a comunicação entre equipas.

No tocante ao jornalismo investigativo, João Colaço é de opinião que nos meios de comunicação moçambicanos, não é sistemático, muitas questões específicas não são cobertas e não há diversidade de opiniões. No entanto, os membros do painel observaram que em todos os meios de comunicação há jornalistas designados para a cobertura de questões específicas. Não como especialistas, mas como apresentadores e moderadores. Trabalhos notáveis como os de Selma Inocência, Lázaro Mabunda do jornal semanal O País e Arsénio Henriques, da STV foram reconhecidos e

premiados no “Multichoice African Journalist of the Year Award”.

Embora seja excepção e não a regra, os painelistas observaram que há jornalistas investigativos de sucesso. Todavia, como Inocência apontou, a questão é a falta de jornalistas que tenham o domínio da “técnicas de investigação”, a par com a realidade de que muitos profissionais estão sobrecarregados com uma série de atribuições, sem apoio suficiente do órgão onde trabalham e/ou não têm formação adequada. Para os painelistas, a mídia pública tende a explorar melhor os assuntos relacionados com a política da actualidade, economia, saúde e direitos humanos, mais do que a mídia privada.



O trabalho de Selma Inocência voltou a ser reconhecido pelo júri dos prémios CNN Multichoice Jornalista Africana do Ano

Objectivo 3



Pontuação: 2.16

Os participantes do painel confirmaram que há uma pluralidade de fontes públicas e privadas e que a Internet e as redes sociais, como o Facebook, estão a tornar-se um importante canal de informação sobre acontecimentos internos e do exterior. Refinaldo Chilengue acrescentou que o acesso a múltiplas fontes, por si só não garante a qualidade das notícias e informações prestadas. Para ele, há mídias que usam fontes que não podem ser verificadas ou que não oferecem pontos de vista diversificados. Neste ambiente, “Infelizmente é a quantidade em vez de qualidade que determina a verdade”. Para João Colaço, a pluralidade de fontes de notícias permite que mais cidadãos encontrem alternativas para a obtenção de informações, incluindo a capacidade de estabelecer comparações, apesar da qualidade das informações fornecidas. Ele concordou com Chilengue sobre a importância de discernir quais são as fontes confiáveis e acrescentou que “fontes de notícias estrangeiras, em vez de fontes domésticas” são confiáveis.

Os meios de comunicação têm uma “orientação editorial” que “poderia reflectir múltiplos pontos de vista”, mas muitas vezes espelham uma narrativa política e/ou social particular, representativa de interesses dos respectivos donos. Por exemplo, a Rádio Terra Verde, Rádio Índico e Televisão Miramar são influenciados pela RENAMO, pela FRELIMO e pela Igreja Universal do Reino de Deus, respectivamente.

Fontes de informação da mídia

O uso de *blogs*, SMS e redes sociais como Twitter, YouTube e Facebook, conforme o painel, ainda é limitado e muitos usuários têm acesso apenas a partir de seus locais de trabalho e escolas. Em geral, as pessoas ainda não confiam em notícias publicadas em redes sociais, porque a informalidade com que são tratadas diminui a importância percebida. Hoje, já há jornalistas e blogueiros amadores notáveis na divulgação e partilha de notícias e informações que outros meios convencionais poderiam não considerar. O jornal impresso @Verdade é um exemplo do uso da Internet e das redes sociais como ferramenta para dar voz às pessoas comuns.

Todo o painel concorda que a lei não limita o acesso da população à mídia nacional e internacional e, na perspectiva de Nenane, o alcance é inibido “por desigualdades na cobertura e acesso”. As restrições podem ocorrer por razões financeiras ou por causa do analfabetismo. Em certos lugares, a falta de acesso à electricidade e às redes de comunicação, incluindo a cobertura restrita de Internet, determina a exclusão de fontes de mídia para os cidadãos. Os altos índices de analfabetismo e pobreza também contribuem para limitar o âmbito da imprensa escrita. A grande maioria dos moçambicanos nunca comprou ou nunca leu um jornal. Sílvia Afonso acrescentou que essas “restrições afectam mais pessoas nas áreas rurais” porque “80% cento da população não fala Português”. As rádios comunitárias utilizam as línguas locais para transmitir notícias e informações, o que alivia o problema nas

áreas destas estações. Nas principais capitais provinciais, aparecem cada vez mais novos produtos de mídia que difundem oferecendo continuamente uma variedade de fontes de informação.

Maria da Anunciação Mabui afirmou que “os meios de comunicação nacionais e estrangeiros são também fontes de notícias para as rádios comunitárias.” Estas fontes estão disponíveis, mas, de acordo com Mabui, o problema é que as rádios comunitárias não têm a capacidade necessária para a obtenção de notícias do estrangeiro. As rádios comunitárias também são obrigadas a transmitir 75% de informações locais e 25% a partir de outras partes do país e do mundo. Mas, a Rádio Nkomati, por exemplo, não tem acesso à Internet e não pode obter tais informações, concluiu Mabui.

Os meios de comunicação públicos e estatais mostram-se cada vez mais “subjectivos”, reflectindo opiniões que, segundo Ismael Mussa “favorecem o partido no poder, em claro detrimento dos partidos da oposição e seus líderes”. Na sua análise, o painel salientou que, nos últimos anos, a mídia estatal era relativamente aberta à diversidade e pluralismo, e só parcialmente favorecia o partido no poder. Por isso, consideraram que a “situação actual é preocupante”, assim como o é o actual clima político em Moçambique que a mídia representa. Concordando com Mussá, Alfredo Tomás acrescentou a este quadro que “foi sintomática a mudança dos PCA’s da RM da TVM, numa altura em que eram crescentes as vozes discordantes com a maneira como estas duas estações públicas tratavam os assuntos de interesse público. Na verdade, já circulavam em

algumas redes sociais informações dando conta de uma manifestação pública em frente à TVM contra a linha editorial nitidamente pró-governo e pró-partido no poder.” Além disso, durante a divulgação dos resultados preliminares das recentes eleições autárquicas, se a oposição estivesse à frente, isso era simplesmente ignorado. Em Nampula, quando já estava claro que o candidato do MDM e o próprio partido tinham ganho, as duas estações públicas, em especial RM, deixaram de divulgar os resultados.

A nível nacional, a principal fonte de notícias é a Agência de Informação de Moçambique (AIM), um serviço governamental subordinado ao GABINFO. Há também um escritório da agência portuguesa de notícias Lusa. A distribuição de notícias não é nem selectiva, nem discriminatória. Os meios de comunicação recebem conteúdos de acordo com as regras de negócios estabelecidas pelas agências. Embora os preços não sejam altos, a mídia impressa e electrónica não têm capacidade financeira para fazer amplo uso destes serviços. Os meios de comunicação são livres de usar qualquer órgão nacional ou internacional de notícias, e devem citar a fonte das informações. Os tipos de serviços disponíveis a partir das agências são multimídia e as empresas internacionais mais consultadas são France Presse, Reuters e a Agência de Imprensa Pan-Africana.

Os meios de comunicação privados estão a demonstrar uma capacidade crescente de produzir os seus próprios conteúdos, mas isso não afecta os que são produzidos pelo Estado, uma vez que a mídia pública

continua a revelar-se mais robusta em termos de recursos humanos, tecnológicos, capacidade financeira e de cobertura territorial. De acordo com Selma Inocência, os meios de comunicação públicos fornecem as notícias mais actualizadas, enquanto a mídia privada atrasa seu ritmo de cobertura.

Em Moçambique, a propriedade dos meios de comunicação é semi-transparente, já que as leis não prevêem mecanismos para fazer cumprir a divulgação dos nomes dos donos das empresas. Tal informação existe, mas não é de domínio público. A legislação determina que a propriedade estrangeira não pode exceder 20% do capital total. O painel acredita que, em termos reais, estes níveis que só são registados nas declarações oficiais são excedidos. Sabe-se que, ao longo de 2013, houve mudanças nas estruturas societárias de várias organizações ou empresas jornalísticas que, por sua vez, contribuíram para modificações na direcção editorial e de propriedade dessas empresas. No entanto, as identidades dos novos accionistas principais são desconhecidas.

Propriedade da mídia vs. independência

Existem órgãos cujos proprietários são bem conhecidos, por exemplo, a Rádio Índico pertence à FRELIMO; Rádio Terra Verde, propriedade da RENAMO; e a Rede de Comunicação Miramar (que inclui a rádio e a TV Miramar) que são da Igreja Universal do Reino de Deus. O Governo mantém a propriedade da agência

de notícias AIM e do Instituto de Comunicação Social (ICS). O Estado financia, opera e tutela a RM e a TVM através GABINFO. Sabe-se, porém, que mesmo as instituições que não são directamente controladas pelos interesses políticos, estão sujeitas às suas pressões. A Sociedade de Notícias, maioritariamente do banco central (Banco de Moçambique), é dona do jornal diário Notícias, do semanário Domingo, e do semanário desportivo Desafio. Já o grupo privado SOICO é dono de um jornal diário O País e das estações de rádio e televisão STV. A cooperativa de jornalistas Mediacoop é proprietária do jornal semanário Savana, de um jornal diário distribuído por email e de uma estação de rádio. O Grupo CoopNorte, baseado em Nampula, tem um jornal diário via email, um jornal semanário e uma estação de rádio também.

A mídia cooperativa é a mais independente e mais rigorosa. Cada produto segue a sua respectiva linha editorial. Na verdade, funciona como se não estivesse sujeita à interferência externa.

Alguns órgãos e respectivos jornalistas têm procurado reflectir a diversidade de problemas sociais observados em Moçambique, embora com muito pouco grau de sucesso. O tratamento de temas como género, etnia, convenções sociais, religião e outros encontra resistência entre a maioria dos jornalistas e profissionais de mídia. Muitos deles evitam, particularmente, questões em torno da orientação sexual, para garantir que não haja repercussões externas, dadas as convenções sociais em Moçambique. Os participantes do painel concordaram que os debates

sobre temas como estes são iniciados ou realizados por ONGs, apesar da resistência do Governo, dos gerentes das empresas que editam e dos círculos de negócios. Questões como a violência doméstica, relações de género e vulnerabilidade das mulheres ao HIV/AIDS são bem aceites pelo Governo e são tratadas nos meios de comunicação, muitas vezes no contexto de programas de ONGs específicas.

Excluídos e discriminados

De acordo com os painelistas, a cobertura sobre grupos minoritários é rara e os jornalistas que pertencem a esses grupos não revelam suas origens. Além disso, é praticamente impossível para os meios de comunicação cobrir tópicos de interesses de grupos minoritários, porque o ambiente em que eles costumam operar tornar-se-ia muito mais hostil se abordassem assuntos tidos como tabu. Os jornalistas que escrevem sobre as minorias sexuais, religiosas, de género, etc.) não são agredidos fisicamente, mas sofrem assédio.

Relativamente às mulheres, os participantes do painel concluíram que elas têm pouca voz na liderança editorial de jornais, devido à falta de oportunidades, constrangimentos sociais e preconceitos. Ao contrário do que acontece nas televisões e rádios, na mídia impressa apenas o Jornal Notícias tem uma mulher numa posição de liderança de destaque como edito-

ra-chefe. A Associação Moçambicana das Mulheres na Comunicação Social (AMMCS) tem trabalhado afincadamente para promover a equidade de género nas redacções e em locais onde estão sendo tomadas as principais decisões em relação à mídia. Tem sido dito, com frequência, que as mulheres se recusam a assumir posições de liderança, temendo que pôr em risco a sua vida familiar ou submeter-se à hostilidade que as mulheres jornalistas enfrentam em ambientes profissionais.

O painel concordou que a mídia cobre notícias locais, nacionais e internacionais. As grandes fontes públicas de informação, como a RM e a TVM, discutem questões locais, nacionais e internacionais, assim como todas as grandes emissoras de rádio privadas, como a STV, a Miramar, as estações de rádio e televisão comunitários, além da diversidade de jornais diários e semanários, locais e nacionais.

As zonas rurais são mais servidas pela mídia comunitária, que se concentra em notícias e informação sobre as comunidades nas quais está baseada. As rádios comunitárias também reproduzem notícias nacionais e internacionais relevantes, utilizando como fontes os materiais divulgados por outros meios de comunicação nacionais. No entanto, órgãos como o Wamphula Fax, dão prioridade à informação local sobre a província de Nampula e não conseguem cobrir assuntos nacionais e internacionais.

Objectivo 4



Pontuação: 1.83

Os painelistas observaram que a maior parte dos meios de comunicação em Moçambique são geridos por jornalistas, sem a formação necessária para administrar empresas. Apesar desta falta de formação, algumas organizações providenciam cursos para ajudar a preparar os gestores a implementar planos de negócios, a buscarem financiamento seguro e a seguirem as melhores práticas de governação corporativa. Em 2013, não houve casos de dificuldades financeiras ou de falência no ano passado.

Quando uma empresa jornalística se depara problemas financeiros, muitas vezes dentro de um ciclo de dívidas, a saída tem sido vender o negócio para que o jornal continue em circulação. Os painelistas citaram a TIM e o semanário *Zambeze* como exemplos de empresas que passaram por mudanças na gestão e na estrutura de accionista e, ainda assim, mantiveram a sua transmissão e publicações semanais, respectivamente.

A mídia privada obtém receitas provenientes de patrocínios, serviços de impressão, publicidade, vendas e taxas cobrada por assinaturas; enquanto os meios de comunicação públicos recebem financiamento do Governo. A mídia comunitária, por exemplo, não tem fontes adequadas de recursos e, como resultado, as suas linhas editoriais tendem a prestar atenção aos interesses do financiador. As rádios e televisões do ICS dependem do Governo e as apoiadas pelo FORCOM, de financiamentos de várias organizações, mas a maioria dos recursos é mobilizada pelo próprio FOR-

COM. Sílvia Afonso e Maria Mabui reiteraram que a publicidade é uma importante fonte de renda para a sobrevivência para as rádios comunitárias. Empresas ou organizações interessadas pagam uma taxa pelo tempo de antena. Uma série de *spots* publicitários, por exemplo, vem do Ministério da Saúde, UNICEF e outras instituições.

Financiamento e sustentabilidade

Armando Nenane acrescentou que certos meios de comunicação recebem apoio de organizações nacionais e internacionais sem fins lucrativos. No entanto, “para ter acesso a financiamento de organizações não-governamentais especializadas, os meios de comunicação têm que provar que observam as melhores práticas de gestão” e que possuem “políticas de transparência, equidade, igualdade e independência política”, o que nem sempre é uma tarefa fácil.

Os painelistas foram unânimes em considerar que a independência editorial em todas as categorias da mídia era susceptível de ser influenciada pelos financiadores.

No relatório do MSI de 2012, os participantes concluíram que “O mercado publicitário continua crescer, acompanhando o desenvolvimento de negócios e a diversificação, bem como o surgimento de novos centros de negócios fora da capital do país”. No entanto, em 2013, os membros do painel observaram que apesar da expansão das indústrias de petróleo, carvão e serviços relacionados, princi-

palmente nas províncias de Tete e Cabo Delgado, juntamente com a expansão de programas de educação, a publicidade é mais desenvolvida na capital e dominada por agências internacionais. As empresas de mídia fazem uso activo dos serviços dessas agências e também apelam directamente para os anunciantes.

Instituições mediáticas como a RM e a TVM produzem anúncios localmente e também utilizam os serviços de agências de publicidade. Canais como Miramar terceirizam essa tarefa inteiramente a agências de publicidade. Os painelistas não desconhecem casos em que a importância do mercado de publicidade esteja subvalorizada. E nos sectores privado, público e de mídia comunitária os responsáveis pela comercialização e publicidade aproveitam todas as oportunidades para tirar lucros da venda de anúncios.

Como fonte de renda para os meios de comunicação, a publicidade continua a aumentar como uma percentagem da receita em mídia impressa e de radio-difusão, de acordo com os painelistas. Embora não tivessem informação de suporte, os painelistas declararam que existem leis que estabelecem um certo limite para a publicidade, dada a necessidade de equilíbrio entre o entretenimento, notícias, e os interesses comerciais. A mídia estatal, pública e a comunitária vendem publicidade como uma das principais formas de garantir a sua sustentabilidade. Armando Nenane observou que “no sector de mídia privada, em algum momento, as linhas editoriais são determinadas pelo

mercado publicitário, que é controlado de forma significativa por grupos económicos ligados ao partido no poder.”

Refinaldo Chilengue fez notar que “a distribuição ou colocação de publicidade é um meio de pressão, de chantagem. O Governo pode prejudicar um meio de comunicação se tiver uma direcção editorial que publica material considerado indesejável”. A publicidade estatal tem considerável peso e é preferencialmente dirigida para canais públicos e pró-governo. Ismael Mussa acrescentou que “os subsídios governamentais são concedidos em estrita observância da legislação em vigor”, mas ainda podem ser usados para “subverter a independência editorial e, não raras vezes, distorcer o mercado”.

Um artigo publicado no jornal Savana, em junho de 2013, detalha a maneira como se persegue a mídia em Moçambique, comparando com o que acontece em Angola. Quando os actores políticos influentes estão em desacordo com a cobertura de um meio de comunicação, reúnem grandes empresas privadas e corporações instruindo-as a deixarem de comprar espaço publicitário no órgão de comunicação em questão. O objectivo é enfraquecer a empresa. Um meio de comunicação local foi alvo desta estratégia usada pela FRELIMO em 2010, após a cobertura de manifestações. Esses actores políticos acreditam que, se os fundos públicos são utilizados para financiar anúncios em jornais, as empresas estatais têm o direito de influenciar a linha editorial.

De acordo com a lei moçambicana, os anúncios do Estado devem ser publicados no jornal de maior circulação diária. Devido a isso, a grande maioria dos anúncios do Estado são publicados no jornal Notícias, que não só tem a maior circulação diária, mas também recebe fundos governamentais para a execução da publicidade oficial. Este tratamento preferencial distorce incrivelmente o mercado. O Notícias é capaz de oferecer salários mais altos e melhores condições de trabalho, em comparação com outros meios de comunicação. Mas o Notícias não seria capaz de funcionar apenas com a sua própria receita, já que o Estado é o seu maior investidor. Além disso, este cenário também impede o jornal de ser imparcial. Os painelistas afirmaram que a atribuição de fundos governamentais e a legislação - que obriga que todas as propagandas do Governo devem ser publicadas nos jornais com a circulação mais alta - precisam ser reconsideradas.

Pesquisas de mercado

A maioria da mídia nacional em Moçambique parece não fazer uso de pesquisas de mercado, algo muito recente em Moçambique. Embora sejam anunciadas constantes mudanças na programação de rádio, de televisão e nos conteúdos de jornais impressos é

óbvio que tem havido pouca pesquisa para avaliar as necessidades e interesses do público.

Se a pesquisa de mercado é feita, ela é destinada a ajudar empresas de mídia a encontrarem melhores formas de aumentar as receitas ou os lucros. Empresas como a RM e TVM têm departamentos responsáveis por inquéritos estatísticos, mas não está claro qual é o impacto que eles têm sobre a qualidade da notícia, dos programas educativos e de entretenimento. Os participantes concordaram que a falta de investigação tem a ver com os custos associados com as avaliações de mercado.

Em Moçambique, há pesquisa de mercado e pesquisa de empresas que realizam estudos a fim de publicar avaliações. Em geral, as empresas com os melhores perfis são filiais de multinacionais que funcionam em Moçambique. Isto ocorre devido às qualificações, experiência e prestígio acumulado com base no trabalho dessas empresas em vários países. Elas avaliam de forma confiável a circulação da mídia e as audiências com base em critérios objectivos, e também conseguem resistir à interferência e pressão de interesses políticos e empresariais. No entanto, a utilização dos resultados do inquérito não faz parte da cultura dos meios de comunicação e, portanto, é difícil avaliar de que forma a mídia gere estes dados.

Objectivo 5



Pontuação: 2.28

Em Moçambique, existem organizações e associações profissionais do sector jornalístico de mídia, embora poucas sejam capazes de cumprir efectivamente seu papel e promover o jornalismo de uma forma positiva. Geralmente, o cadastro como membro é gratuito. Para Florentino Escova Chassafar, director da Rádio Terra Verde e membro do CSCS, :“em geral, as associações [comerciais e profissionais] não conseguem representar os interesses da mídia privada ou de seus membros em Moçambique”.

O SNJ depende muito do partido no poder. O FORCOM, no entanto, apoiou abertamente os meios de comunicação comunitários, prestando assistência jurídica aos jornalistas, e garantindo o acesso às actividades de formação e às oportunidades de captação de recursos. Além do SNJ e do FORCOM, o Fórum Nacional de Editores de Moçambique (EDITMOZ), a Associação das Empresas Jornalísticas e o Instituto dos Media da África Austral (MISA-Moçambique) prestam serviços aos meios de comunicação. Mas, tal como nos anos anteriores, os painelistas relataram que os serviços prestados não representam verdadeiramente as necessidades dos membros. Além disso, existem também a Associação Moçambicana das Mulheres na Comunicação Social, a Rede de Jornalistas Parlamentares, e a Rede de Comunicadores Amigos da Criança. No entanto, embora a criação e funcionamento de associações sócio-profissionais para representar a mídia tenha suporte legal em Moçambique, a liberdade de associação é culturalmente fraca, particularmente no sector de jornalismo. Portanto, há um déficite de con-

fiança prevalectente entre os membros da associação em relação à gestão financeira.

Há muitas ONGs que trabalham em Moçambique em projectos e actividades de apoio à liberdade de expressão, e algumas que apoiam organizações de mídia ou empresas jornalísticas. Essas organizações reagem a violações contra a liberdade de imprensa e de expressão. Entre elas destaca-se a a *Sekelekani*, *IBIS*, *Panos*, *Diálogos*, *Fórum Mulher* e *Hopem*. Para além de operarem nos grandes centros, vão até às localidades nas zonas rurais e trabalham com outras organizações internacionais que tenham a mesma vocação. Organizações reunidas em torno do Movimento do Direito à Informação (DAI) defendem a reforma legislativa, incluindo a aprovação da Lei de Acesso à Informação, revisão da Lei de Imprensa, elaboração da proposta de Lei da Radiodifusão, entre outros instrumentos legais que afectam a mídia.

Os painelistas concordaram que “as ONGs empenham-se na formação de jornalistas e fornecem-lhes as ferramentas de que precisam para trabalhar profissionalmente, com conhecimento técnico de assuntos específicos para que os cidadãos possam ser informados sem restrições”. No entanto, membros do painel, como Refinaldo Chilengue, argumentaram que “as instituições e organizações de defesa dos interesses dos profissionais de mídia estão a aumentar”, todavia, s nem sempre são capazes de advogar em nome dos jornalistas.

As universidades e a formação

O número de instituições que oferecem cursos de jornalismo de boa qualidade e que preparam os jovens para entrar na profissão também tem vindo a aumentar. Ouri Pota Chapata Pacamutondo confirmou que tem havido progressos, e destacou os cursos de jornalismo que antes não eram oferecidos, incluindo oficinas e laboratórios para treinar jovens jornalistas em actividades práticas e conhecimento básico para entrar no mercado. Por exemplo, a Escola de Comunicação e Artes (ECA), da UEM, e a Universidade “A Politécnica” possuem jornais impressos e uma rádio-escola gerida por estudantes, sob supervisão de professores apoiados pela direcção e administração destas instituições.

A ECA opera a Rádio Universidade (actualmente fora de serviço devido a razões técnicas) e o ECA News, um jornal de parede publicado por estudantes de todas as áreas de estudo. A ECA está a solicitar uma autorização para instalar uma estação de televisão. A Universidade Politécnica tem uma revista impressa chamada O Académica e a Politécnica Rádio, extremamente populares entre os estudantes que vivem em Maputo.

Com o aumento de instituições que ministram cursos de comunicação e jornalismo, a questão das vagas deixou de se colocar, à excepção das universidades públicas, como a UEM e a UP, que são as mais procuradas por causa dos baixos custos das taxas de inscrição. Recentemente, os programas de formação de curta

duração têm diminuído devido a restrições financeiras entre ONGs locais e internacionais. Tendo em conta que ainda há muitos jornalistas sem formação adequada, os membros do painel, disseram que os cursos oferecidos, incluindo os de técnicas básicas do jornalismo, fotojornalismo, rádio, jornalismo investigativo, jornalismo especializado, etc., têm sido úteis. Entretanto, Sílvia Afonso expressou a sua indignação com o tipo de formação dada ao pessoal da mídia comunitária. Para ela estas formações não são relevantes, nem adequadas porque “priorizam mais a componente temática específica, do que o rigor profissional”. Além disso, cursos sobre o uso dos aplicativos de Internet e multimídia são altamente necessários, de acordo com os painelistas, já que a esmagadora maioria da população não é proficiente em tecnologias de comunicação de informação.

Os equipamentos para a mídia impressa e instalações de impressão continuam em mãos privadas. Há cerca de 10 empresas de impressão em Maputo. No entanto, elas cobram caro e a qualidade deixa muito a desejar. Por esta razão, os meios de comunicação, como @Verdade e Savana imprimem na África do Sul. Imprimem em Moçambique o Notícias, o Diário de Moçambique, e O País, que são propriedade de empresas que têm as suas próprias gráficas. Esse monopólio no mercado de impressão, sem dúvida, criou barreiras para outros meios de comunicação. No entanto, a Gráfica Minerva surgiu como uma alternativa e já está em operação. Não há casas de impressão Governo ou sob sua supervisão. A Imprensa Nacional só imprime materiais oficiais do Estado.

As condições de pagamento para importar equipamentos para a mídia ou para os jornalistas, incluindo jornais, *softwares*, equipamentos de vídeo e equipamentos de transmissão, são as estabelecidas nos regulamentos da pauta aduaneira, e todas as isenções devem ser negociadas pelas associações empresariais ou profissionais.

Embora Moçambique não produza qualquer equipamento para uso da mídia, instituições governamentais e associações do sector ainda não chegaram a um entendimento para estabelecer facilidades para importações. No que diz respeito à impressão de jornais e revistas, o alto custo é o maior desafio.

Ao contrário de anos anteriores, os painelistas afirmaram que não podem afirmar com segurança que a distribuição é apolítica. Na realidade, não há restrições, mas não existem empresas especializadas em distribuição. Não há controlo sobre os meios de transmissão, porque esta é uma operação explorada de forma comercial. No entanto, a insuficiência de equipamentos e de serviços de rede e Internet tem afectado a mídia. ISPs apenas bloqueia sinais nos casos de falha no pagamento, de modo que as questões políticas não são responsáveis por tais bloqueios.

Os *bloggers* têm total liberdade de escolha de opções em termos de software e plataformas, sem a menor interferência do Estado, que também não controla a atribuição de nomes ou endereços de domínio Internet.

Em termos de capacidade das novas tecnologias de comunicação e informação, os participantes obser-

varam que ainda há uma grande diferença entre as áreas urbanas e rurais. A maior capacidade e diversidade de tecnologias são encontradas nas cidades. Nas áreas rurais são usadas a tecnologia de satélites, o que é muito caro, ou as conexões dial-up, que são muito lentas. Em algumas áreas rurais, as pessoas podem usar a rede GSM/3G para acesso à Internet. O baixo nível de acesso a essas tecnologias está intimamente relacionado com a falta de recursos financeiros é resultado de uma generalizada falta de conhecimento.

O acesso à Internet através de telefones celulares e de conexões de cabo está disponível para uso dos jornalistas e do público em geral. É mais fácil de acessar o conteúdo baseado em texto (html) do que conteúdo multimídia, devido às conexões de baixa velocidade e o alto custo de uma conexão estável por megabyte. TIC em Moçambique não cumpre as necessidades da indústria dos meios de comunicação, especialmente em termos de estabilidade de conexão e capacidade de transmissão.

As condições de pagamento para importação de equipamentos, incluindo jornais, *softwares*, equipamentos de vídeo e equipamentos de transmissão, são as estabelecidas nos regulamentos da pauta aduaneira e todas as isenções devem ser negociadas pelas associações empresariais ou profissionais. Embora Moçambique não produza qualquer equipamento para uso da mídia, as instituições governamentais e associações do sector ainda não chegaram a um entendimento para estabelecer facilidades de impor-

tação. No que diz respeito à impressão de jornais e revistas, o alto custo é o maior desafio.

Ao contrário de anos anteriores, os painelistas disseram que não podem afirmar com segurança que a distribuição é ou não apolítica. Na realidade, não há restrições, mas também não existem empresas especializadas. Não há controlo sobre os meios de transmissão, porque esta é uma operação explorada de forma comercial. Seja como for, a insuficiência de equipamentos e de serviços de rede e Internet tem afectado bastante a mídia. ISPs apenas bloqueia sinais nos casos de falha no pagamento. Portanto, as questões políticas não são responsáveis por tais bloqueios.

Os *bloggers* têm total liberdade para escolher opções em termos de software e plataformas, sem a menor interferência do Estado que também não controla a atribuição de nomes ou endereços de domínio da Internet.

Em termos de capacidade das novas tecnologias de comunicação e informação, os participantes obser-

varam que ainda há uma grande diferença entre as áreas urbanas e rurais. A maior capacidade e diversidade de tecnologias encontra-se nas cidades. Nas áreas rurais são usadas tecnologias satelitárias o que é muito caro, ou as conexões dial-up, que são muito lentas. Em algumas áreas rurais, as pessoas podem usar a rede GSM/3G para acesso à Internet. O baixo nível de acesso a essas tecnologias está intimamente relacionado com a falta de recursos financeiros é resultado de uma falta generalizada de conhecimento.

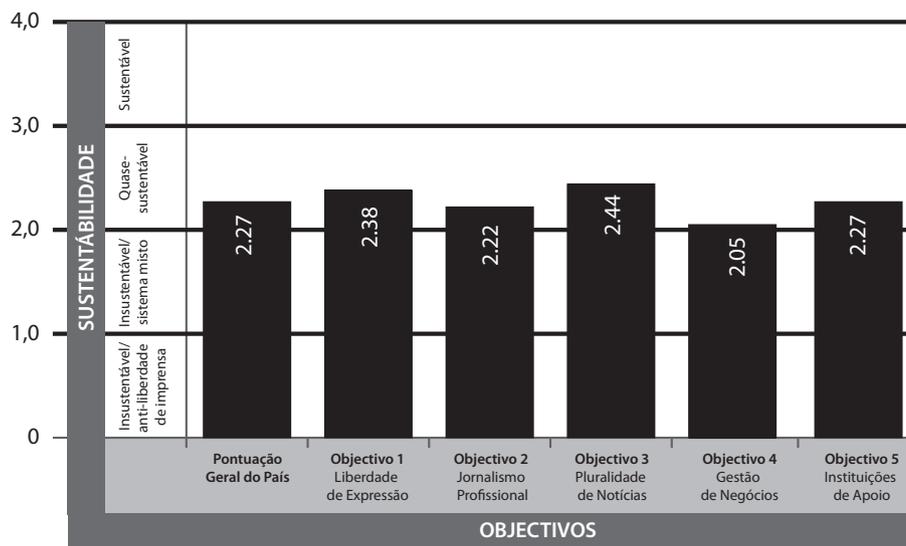
O acesso à Internet através de telefones celulares e de conexões de cabo está disponível para uso dos jornalistas e do público em geral. É mais fácil de acessar o conteúdo baseado em texto (html) do que ao conteúdo multimídia, devido às conexões de baixa velocidade e ao alto custo de uma conexão estável por megabyte. As TIC em Moçambique não cumprem as necessidades da indústria dos meios de comunicação, especialmente em termos de estabilidade das conexões e capacidade de transmissão.



Os profissionais de rádios comunitárias nas zonas rurais enfrentam dificuldades de acesso às novas tecnologias de comunicação e informação.

Índice de Sustentabilidade 2012

MOÇAMBIQUE



De 2012 a 2013, registou-se uma queda na pontuação geral de 2,27 para 2,05, o que praticamente traz as pontuações abaixo do nível definido como um nível sustentável. Esta queda reflecte as recentes mudanças no ambiente operacional para os meios de comunicação em Moçambique. As reduções mais acentuadas aparecem no **Objectivo 2: jornalismo profissional**, onde a pontuação desce de 2,22 em 2012 para 1,87 de 2013, e no **Objectivo 4: gestão de negócios da mídia**, onde a pontuação desce de 2,05 em 2012 para 1,83 em 2013. A única categoria que demonstra uma melhoria do ano passado para este ano é **Objectivo 5: Instituição de Apoio**, onde a pontuação aumenta, de 2,27 para 2,28. No geral, as pontuações em queda no Índice de Sustentabilidade Mídia representam um passo para trás e indicam que mais trabalho tem de ser feito, a fim de garantir um sector de mídia estável, seguro e sustentável, que contribua para a continuação do desenvolvimento do país.

Lista dos Participantes do Painel

- Alfredo Libombo Tomás** Jornalista freelancer e formador; activista de liberdade de imprensa, Maputo
- Armando Nenane** Director-executivo da Associação Moçambicana de Jornalismo Judiciário, Maputo
- Elídio Cuco** Director de relações internacionais, Associação Moçambicana de Jornalismo Judiciário, Maputo
- Florentino Escova Chassafar** Director da Rádio Terra Verde; membro do Conselho Superior de Comunicação Social, Maputo
- Ismael Mussa Jamu** Professor de jornalismo da Universidade Eduardo Mondlane; Membro da Assembleia da República, Maputo
- João Carlos Colaço** Professor de sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo
- Maria da Anunciação Mabui** Directora da Escola Primária Condlana; editora na Rádio Comunitária Nkomati, Vila da Manhiça
- Ouri Pota Chapata Pacamutondo** Jornalista e redactor de programas na RM, Maputo
- Refinaldo Chilengue** Director editorial do Correio da Manhã e do Prestígio; Fórum de Editores de Moçambique, Maputo
- Selma Inocência** Directora de Informação, Miramar Televisão, Maputo
- Sílvia Mutongoreca Afonso** representante provincial, Instituto da Comunicação Social, Nampula

Moderadora e autora

- Julieta M. Langa** Professora e Chefe da Secção Linguística de Universidade Eduardo Mondlane, Maputo

Logística e apoio administrativo

- Rosa da Conceição Mitelela** Membro do corpo docente da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo
- Nelsa J. Nhantumbo** Membro do corpo docente da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo
- Pércida A. Langa** Membro do corpo docente da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo

O painel de discussão reuniu no dia 13 de Dezembro de 2013.